



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

JARDIM ESCOLA ESQUILINHO LTDA - ME

Rua Harmonia n° 879 - CEP: 05435-001 - Vila Madalena/ SP Tel.: 3812-8899

Home Page: <http://www.jeesquilinho.com.br> Email: escola@jeesquilinho.com.br

CNPJ: 46.288.759/0001-12 - IE. Isenta

CONTRATADO: Jardim Escola Esquilinho Ltda - ME inscrito no C.N.P.J. /M.F. sob o n.º 46.288.759/0001-12, com sede na Rua Harmonia, 879 - Sumarezinho - São Paulo/SP, mantenedora da Escola Sr.ª Marilene de Macedo Monteiro, por seu representante legal;

CONTRATANTE:

Endereço residencial:

Fone:

R.G:

CPF:

Aluno:

Série:

Curso: Educação Infantil

Período:

Pelo presente instrumento de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS tem entre si justo e contrato o seguinte:

Cláusula 1ª - O presente Contrato é celebrado sob a égide da Constituição Federal, dos artigos 206, incisos II e III e 209, e da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2.002 (Código Civil Brasileiro) por força da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1.990.

Cláusula 2ª - O "Contratado" se obriga a ministrar a instrução, através de aulas e demais atividades, de acordo com a sua característica peculiaridade para o período letivo do ano compreendendo os meses de janeiro a dezembro, previsto na legislação vigente e neste ato aceito pelo (s) "Contratante" (s).

Cláusula 3ª - As aulas serão ministradas nas salas, ou em locais que o "Contratado" indicar, tendo em vista a natureza do conteúdo e da técnica pedagógica necessária.

Cláusula 4ª - A efetivação da matrícula se dá pelo preenchimento em formulário próprio, fornecido pelo "Contratado", denominado "Requerimento de Matrícula" que, desde já, fica convencionado como parte integrante deste Contrato.

Cláusula 5ª - O início da vigência deste contrato a partir da assinatura do mesmo.

Cláusula 6ª - São de inteira responsabilidade do "Contratado" o planejamento e a prestação dos serviços de ensino, no que concerne às atividades e datas para desenvolvimento de aproveitamento, fixação de carga horária, designação de professores, orientação didático-pedagógica e educacional, além de outras providências que as atividades docentes exigirem, obedecendo ao seu exclusivo critério, sem ingerência do (s) Contratantes (s).

Cláusula 7ª - Ao firmar o presente, o (s) "Contratante" (s) submete (m) - se ao Regimento Escolar e às demais obrigações constantes na legislação aplicável a área de ensino e, ainda, às emanadas de outras fontes legais, desde que regulem, supletivamente, a matéria.

Cláusula 8ª - Como contraprestação pelos serviços educacionais, o (s) "Contratante" (s) pagará (ão) na sede do "Contratado" a anuidade de R\$ dividida em parcelas sucessivas de R\$ (equivalente ao período de horas), a serem pagas no 1º (primeiro) dia útil de cada mês.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

EDUCAÇÃO INFANTIL

Cláusula 9ª - Os valores pagos a título de reserva de vaga têm natureza de arras penitenciais e não será compensado nem restituído, mesmo que os serviços contratados não tenham sido prestados.

Cláusula 10ª - Ao aluno inadimplente não será permitida a matrícula para o período letivo subsequente, conforme o disposto no artigo 476 do Código Civil.

Cláusula 11ª - Os valores da contraprestação, previstos nas cláusulas anteriores, compreendem exclusivamente a prestação de serviços decorrentes da carga horária constante no programa escolar.

Parágrafo Único - Os valores da contraprestação das demais atividades, inclusive extracurriculares, serão fixados pelo "Contratado", não estão incluídos neste contrato os serviços especiais de alimentação, transporte escolar; os opcionais e de uso facultativo para o aluno, bem como Day Caree horas adicionais após os horários combinados, uniformes, merenda e material didático, de arte e de uso individual obrigatório, todos podendo ser objeto de ajuste a parte, os quais terão seus valores comunicados em circular própria, no momento adequado.

Cláusula 12ª - Na hipótese de inadimplente o valor da mensalidade será acrescido de multa de 10% (Dez por cento), juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC ou Índice fixado pelo Governo.

Inciso I - Em caso de inadimplência, o "Contratado" poderá rescindir o presente contrato independente da exigibilidade do débito vencido e daquele devido no mês de efetivação, ficando desde já autorizado a comunicar o inadimplemento superior a 30 (trinta) dias aos Cadastros e dados de consumidores legalmente existentes, nos termos do artigo 43 § 2ª da Lei nº 8.078 de 11.09.90.

Inciso II - O fato do aluno não frequentar as aulas, por seu arbítrio, não o exime do pagamento das parcelas vencidas, até a data do efetivo trancamento através do requerimento próprio fornecido pelo Contratado ou expresso pelo Contratante (s), com cópia para protocolo pelo Contratado.

Inciso III - Poderá o "Contratado" optar pela emissão de duplicata, promissórias ou similares desde já autorizada, pelo valor da (s) parcela (s), acrescida (s) da multa de 10% (Dez por cento), correção monetária INPC (ou outro) e juros de 1% ao mês, para parcelas não quitadas.

Cláusula 13ª - O (S) "Contratante" (S) deverá (ão) comunicar ao "Contratado" quando ocorrer sua mudança de endereço no prazo máximo de trinta dias, sob pena de má fé.

Cláusula 14ª - O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até e poderá ser rescindido nas seguintes situações:

1ª - Pelo (s) Contratante (s):

- a) Pela desistência formal;
- b) Por transferência formal do aluno.

Parágrafo único - Quando ocorrer a quebra do contrato, o contratante deve comunicar o Contratado com 30 dias de antecedência do próximo vencimento da mensalidade, a pagar o mês da ocorrência da quebra (Exemplo: cancelou em qualquer data de Março, efetiva-se a mensalidade de Março), a considerar como multa de quebra contratual.

2ª - Pelo "Contratado":

- a) Por desligamento nos termos do Regimento Escolar;
- b) Por inadimplência, na forma da cláusula 11ª e nos termos do disposto nos artigos 397 e 389 do Código Civil.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Parágrafo único – Em qualquer dos casos, fica (m) o (s) Contratante (s) obrigado (s) a saldar o valor da parcela do mês em que ocorrer o evento, além de outros débitos eventualmente existentes.

Cláusula 15ª – Para dirimir questões oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro Regional de São Paulo. E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, a presença das testemunhas subscritas, a fim de que se produzam os efeitos legais.

Testemunhas

São Paulo, de de

Responsável Financeiro 1

Responsável Financeiro 2

Jardim Escola Esquilinho